



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**  
**Gabinete Vereadora Teresinha Medeiros**

**INDICATIVO DE LEI Nº02/2026**

**AUTOR / SIGNATÁRIO**

**Vereadora TERESINHA MEDEIROS**

**EMENTA:**

**“Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de café da manhã aos garis que atuam no Município de Teresina e dá outras providências.”**

Senhor Presidente,

**ENCAMINHO ao Exmo. Sr. PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA**, Estado do Piauí,

Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e, eu, sanciono o seguinte **INDICATIVO DE LEI**:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade do fornecimento de café da manhã aos garis e demais trabalhadores em serviços de limpeza urbana, seja por contratação direta do Município ou por meio de empresas terceirizadas, que atuam no âmbito do Município de Teresina.

Parágrafo único. O objetivo da presente Lei é garantir a saúde, a dignidade e a melhoria das condições de trabalho dos profissionais responsáveis pela limpeza urbana do Município.

Art. 2º O café da manhã de que trata esta Lei deverá ser fornecido diariamente, em local e horário adequados e de fácil acesso, antes do início da jornada de trabalho ou em período compatível que não comprometa a eficiência dos serviços.

§ 1º O café da manhã deverá ser nutricionalmente adequado, variado e balanceado, contendo, no mínimo, alimentos como pão, frutas, leite ou derivados, e fonte de carboidratos e proteínas, observando as diretrizes de uma alimentação saudável.

§ 2º A quantidade e a qualidade dos itens fornecidos deverão ser suficientes para atender às necessidades energéticas dos trabalhadores, considerando a natureza do trabalho desempenhado.

§ 3º As empresas contratadas pelo Município para prestação de serviços de limpeza urbana deverão prever em seus contratos a responsabilidade pelo fornecimento do café da manhã aos seus empregados, em conformidade com esta



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>  
com o identificador 310033003900360035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**  
**Gabinete Vereadora Teresinha Medeiros (MDB)**

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal competente, fiscalizar o cumprimento desta Lei, estabelecendo os mecanismos e procedimentos necessários para garantir a sua efetividade.

§ 1º As empresas e o próprio Município deverão apresentar, quando solicitado, comprovação do fornecimento do café da manhã, mediante registros, cardápios e demais documentos pertinentes.

§ 2º O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções, aplicadas isolada ou cumulativamente:

I - Advertência por escrito;

II - Multa de R\$ 100,00 por trabalhador afetado e por dia de descumprimento, dobrada em caso de reincidência;

III - Em caso de empresas contratadas, suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal por até 2 (dois) anos, conforme a gravidade da infração e após processo administrativo que garanta o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município, suplementadas se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, estabelecendo os detalhes operacionais e as responsabilidades específicas de cada órgão ou entidade envolvida.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.







## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como finalidade primordial instituir a obrigatoriedade do fornecimento de café da manhã aos garis e demais trabalhadores em serviços de limpeza urbana que atuam no Município de Teresina, sejam eles contratados diretamente pela municipalidade ou por empresas terceirizadas.

A proposição visa aprimorar as condições de trabalho desses profissionais essenciais, garantindo-lhes uma alimentação adequada e digna antes do início de suas extenuantes jornadas.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, inciso III, eleva a dignidade da pessoa humana a um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Nesse contexto, a garantia de condições mínimas de bem-estar e saúde para os trabalhadores, especialmente aqueles que desempenham funções de alta exigência física e que são responsáveis por um serviço público essencial, reflete diretamente esse princípio constitucional.

Além disso, o artigo 7º da Carta Magna estabelece uma série de direitos sociais aos trabalhadores, que, embora aplicáveis ao setor privado, servem como baliza para a promoção de um ambiente de trabalho mais justo e equitativo também no serviço público e em suas contratações.

Os garis e trabalhadores da limpeza urbana iniciam suas atividades, em sua grande maioria, nas primeiras horas da manhã, muitas vezes antes do nascer do sol. A natureza do trabalho é intrinsecamente desgastante, envolvendo esforço físico contínuo, exposição a intempéries (sol, chuva, frio) e a agentes insalubres. Desempenhar tais funções sem uma alimentação adequada no início do dia compromete significativamente a saúde, a segurança e a produtividade desses indivíduos.

Os benefícios de um café da manhã adequado são amplamente reconhecidos:

1. Saúde e Bem-Estar: Uma refeição balanceada no início do dia fornece a energia e os nutrientes necessários para enfrentar as demandas físicas do trabalho, prevenindo quedas de glicemia, tonturas, desmaios e outras condições de saúde que podem ser agravadas pela falta de alimentação. Contribui para a redução de doenças relacionadas à má nutrição e ao estresse físico.

2. Segurança no Trabalho: Trabalhadores bem alimentados possuem maior concentração e reflexos, reduzindo o risco de acidentes de trabalho, que são uma preocupação constante em atividades que envolvem manuseio de resíduos e movimentação em vias públicas.

3. Produtividade e Eficiência: Com energia e disposição, os garis podem desempenhar suas tarefas com maior vigor e eficiência, resultando em uma limpeza urbana mais qualificada e um serviço público de melhor qualidade para toda a população.







**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**  
**Gabinete Vereadora Teresinha Medeiros (MDB)**

4. Valorização Profissional e Dignidade: O fornecimento do café da manhã é um gesto concreto de reconhecimento e valorização desses profissionais, muitas vezes invisíveis, mas indispensáveis para a saúde pública e o urbanismo. Promove um senso de cuidado e respeito, elevando a moral e a autoestima da categoria.

5. Responsabilidade Social do Município: Ao instituir tal medida, o Município de Teresina demonstra seu compromisso com a justiça social e com a promoção de condições de trabalho mais humanas, atuando como um ente público que zela pelo bem-estar de seus cidadãos, inclusive de seus servidores e daqueles que prestam serviços em seu nome.

6. Redução de Custos Indiretos: Embora haja um custo direto com a provisão do café da manhã, a medida pode gerar economia indireta a longo prazo, através da redução do absenteísmo por doenças, da diminuição de acidentes de trabalho e do aumento da longevidade profissional dos garis, que demandarão menos afastamentos e tratamentos de saúde.

É imperativo que o poder público, enquanto empregador e fiscalizador, adote políticas que reflitam os princípios de responsabilidade social e promoção da saúde ocupacional.

A implementação desta Lei reforçará a imagem do Município como um ambiente que se preocupa com seus trabalhadores e que busca garantir um ambiente de trabalho justo e saudável.

Diante do exposto, e ciente da relevância e do impacto positivo que esta medida trará para a vida dos garis e para a qualidade dos serviços prestados à população de Teresina, solicitamos o apoio e a aprovação dos Nobres Vereadores para o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões: \_\_\_\_\_ de 2026.

  
Vereadora Teresinha Medeiros

